



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 23 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Folha de pagamento..... ECONOMIA	1
A CRITICA CONCURSO ECONOMIA	2
AMAZONAS EM TEMPO Contexto OPINIÃO	3
AMAZONAS EM TEMPO SUFRAMA ECONOMIA	4
DIÁRIO DO AMAZONAS Assembleia aprova criação de 9,6 mil cargos na Seduc..... POLITICA	5
MASKATE Defesa da Zona Franca.....	6

Folha de pagamento

Desoneração repercute nas empresas

Pesquisa da CNI revela que 59% das empresas consideradas de grande porte veem a medida como positiva

Foto: Walter Mendes

A desoneração da folha de pagamento repercute melhor nas empresas de grande porte. Segundo estudo divulgado na última quinta-feira (22) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o percentual de empresários que enxerga a medida como positiva e diz acreditar que ela contribuirá para a retomada do crescimento, é maior no segmento das grandes empresas do que no de pequenas e médias empresas.

De acordo com a pesquisa, entre as empresas de grande porte, 59% veem a medida como positiva. Esse patamar cai para 49% entre as empresas de médio porte e para 30% nas pequenas empresas. Já na avaliação sobre a contribuição parcial da medida para retomada do crescimento, 60% das grandes empresas dizem acreditar que ela auxiliará. Entre as médias empresas, o percentual cai para 51%, e entre as pequenas, para 42%.

"Uma razão [para a diferença na avaliação] é que parte das pequenas empresas podem estar recolhendo pelo Simples [regime tributário diferenciado]. Se estão recolhendo pelo Simples, não há mudança. Uma

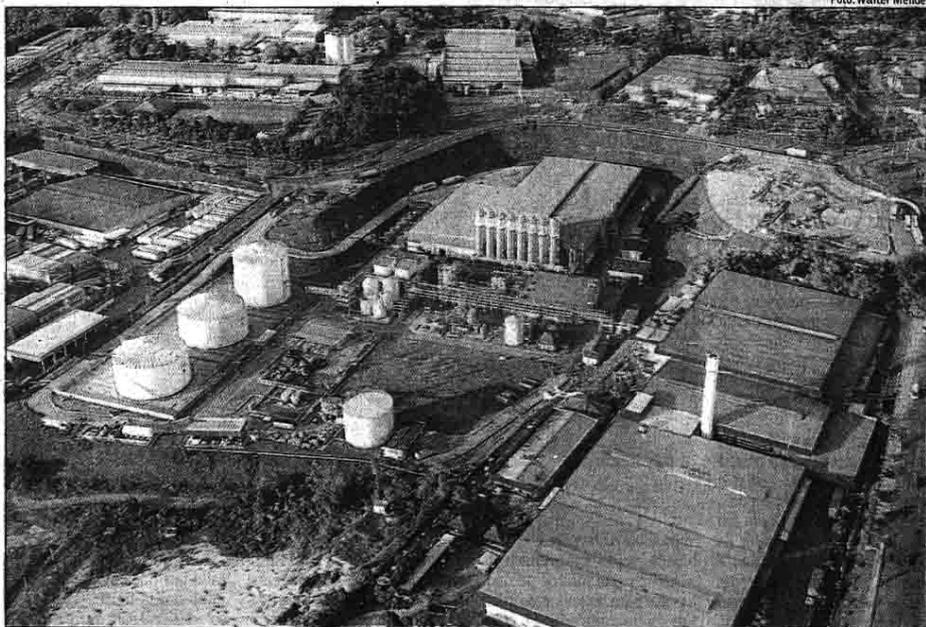
outra razão é que as grandes empresas em geral são mais exportadoras do que as de menor porte. E a nova sistemática permite deduzir do faturamento as parcelas das vendas de exportação", avalia Flávio Castelo Branco, gerente executivo de política econômica da CNI.

Ele destacou ainda que a medida é melhor vista entre as empresas intensivas em mão de obra do que entre as que são intensivas em capital. Os setores contemplados pela medida deixam de pagar a contribuição

Cerca de 55% das empresas do setor disseram que gostariam de ter sido incluídas na medida

de 20% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e arcam com um percentual sobre o faturamento como forma de compensação.

O gerente da CNI acredita que as empresas que avaliaram a desoneração como parcialmente favorável levaram em conta o fato de a carga tributária não ser o único entrave à competitividade. "Temos outras distorções na economia brasileira. Temos custos de insumo, como a energia e custos de capital, como as taxas de



Pesquisa mostra que medida é melhor vista entre as empresas intensivas em mão de obra do que entre as que são intensivas em capital

juízo. Existe ainda a questão da própria logística, infraestrutura", comentou.

Além de empresários de ramos diversos, beneficiados ou não pela medida, a pesquisa da CNI ouviu representantes do

setor da construção civil, que não faz parte do novo regime. Cerca de 55% das empresas do setor disseram que gostariam de ter sido incluídas na medida. Também no caso da construção, o interesse é maior entre

as empresas de maior porte. O percentual das grandes que gostaria de participar do novo regime é 59%. O das médias, 56% e o das pequenas, 51%. "Quando perguntado sobre a desoneração da folha [o setor

da construção], entende que é fundamental. É um setor intensivo em mão de obra", comentou Luís Fernando Melo, economista da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

CONCURSO

Vagas na Seduc e na Suframa

A Secretaria de Estado da Educação vai contratar quase 10 mil pessoas

A Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) nº 092/2012, oriundo da mensagem do Governo do Estado, que cria 9.637 vagas entre merendeiros e professores com carga horária de 20h e 40h.

Em Brasília, vai a votação na Câmara dos Deputados a Medida Provisória 578/2012, que cria 89 novos cargos na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

SEDUC

A aprovação do PL nº 092/2012 pela ALE-AM permite a execução de um novo concurso para a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) previsto para 2013. No total são 1,3 mil cargos de professor de 20h e 1.551 cargos para professor de 40h.

O presidente da Comissão de Educação e Cultura da ALE-AM, deputado Sidney Leite (DEM), comemorou a aprovação que busca minimizar o problema da falta de professores efetivos, principalmente no interior do Estado. "Hoje (ontem) é um dia de muitas conquistas para a área da Educação no Amazonas. Nós temos uma demanda reprimida que foi aumentando ao longo dos anos com a contratação de professor sem concurso público, enquanto há um clamor pela estabilidade desses profissionais e pelo investimento correto para trabalharmos a educação na plenitude", destacou Sidney Leite.

Com a aprovação, afirma o parlamentar, será possível trabalhar uma qualificação conti-



Aberturas de vagas via concurso traz efeitos positivos para os cursinhos

Dedução

Além da criação de cargos em vários órgãos do governo federal, a MP também permite a apuração e a dedução no Imposto de Renda da depreciação acelerada dos veículos usados para transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos.

nuada do professor por meio de um amplo programa de qualificação da Seduc, além de sanar o problema da instabilidade dos professores contratados e, assim, melhorar as condições de trabalho para esses profissionais.

SUFRAMA

A Câmara dos Deputados deverá votar ainda este ano a Medida

Provisória 578/2012 que, entre outras atribuições, cria 89 vagas na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

O texto da Medida Provisória que será votado na Câmara - e, em seguida, pelo Senado - foi aprovado ontem na Comissão Especial Mista que analisou a matéria.

As vagas são para o cargo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, e com regras de contratação de acordo com o previsto no Plano Especial de Cargos da Suframa.

"Essa é uma medida importante para melhorar a estrutura e dar mais fôlego ao trabalho realizado pela Suframa", defendeu o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB) após a votação do relatório do senador Benedito de Lira (PP/AL) na Comissão Especial.

Contexto

Vagas na Suframa

Vai à votação da Câmara dos Deputados a medida provisória 578/2012 que, entre outras atribuições, cria 89 vagas na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). As vagas são para o cargo de analista técnico-administrativo, de nível superior, e com regras de contratação de acordo com o previsto no Plano Especial de Cargos da Suframa.

SUFRAMA

Parlamentares aprovam cargos para autarquia

Vai à votação da Câmara dos Deputados a medida provisória 578/2012 que, entre outras atribuições, cria 89 vagas na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). As vagas são para o cargo de analista técnico-administrativo, de nível superior, e com regras de contratação de acordo com o previsto no Plano Especial de Cargos da Suframa. O texto da MP que será votado na Câmara – e, em seguida, pelo Senado – foi aprovado, ontem, na Comissão Especial Mista que analisou a matéria.

“Essa é uma medida importante para melhor a estrutura e dar mais fôlego ao trabalho realizado pela Suframa”, defendeu o líder do governo no Senado, Eduardo Braga, após a votação do relatório do senador Benedito de Lira (PP-AL) na

Comissão Especial:

Além da criação de cargos em vários órgãos do governo federal, a MP também permite a apuração e a dedução no Imposto de Renda da depreciação acelerada dos veículos usados para transporte de mercadorias, vagões e locomotivas novos.

Parcelamento

Outro tema presente na medida é a possibilidade de Estados, o Distrito Federal e municípios – e suas autarquias e fundações públicas – parcelarem débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Os débitos parcelados terão redução de 60% das multas e 25% dos juros e 100% dos encargos legais. O parcelamento dos débitos será concedido em até 180 meses.

Assembleia aprova criação de 9,6 mil cargos na Seduc

MANAUS

A Assembleia Legislativa do Estado (ALE) aprovou, ontem, em pauta extraordinária, o Projeto de Lei Substitutivo 269/2012 que cria 9.637 cargos efetivos de professores e merendeiros na Secretaria de Estado de Educação (Seduc). A proposta substituiu o projeto anterior enviado à Casa e não contempla benefícios à Polícia Civil que estavam previstos anteriormente. Outros 16 projetos de lei também foram aprovados.

O substitutivo que criou os cargos da Seduc excluiu o trecho que dispõe sobre a gratificação de 30% sobre o vencimento de delegados de Polícia Civil, peritos e legistas, além das funções gratificadas e cargos comissionados da Secretaria de Segurança.

Segundo o relator da matéria, Sinésio Campos (PT), a mudança foi solicitada pelo Estado. O chefe da Casa Civil, Raul Zaidan, disse ontem que este trecho foi retirado do projeto porque o número de funções gratificadas que vão atender gestores de Distritos Integrados de Polícia do Interior estava errado. Ele aguarda um levantamento para enviar outro projeto à ALE.

A proposta aprovada, ontem, também não contemplou a criação de cargos de assistência social e psicólogos para área de educação, como previsto pelo secretário de Educação, Rosieli Soares da Silva. Segundo o presidente da Comissão de Educação da ALE, Sidney Leite (DEM), o secretário aguarda o estudo de impacto financeiro no orçamento do Estado para criar os novos cargos.

Outra proposta aprovada ontem autoriza o Estado a abrir crédito adicional de R\$ 1,1 bilhão no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para atender às ações do Amazon-Prev, entre elas o pagamento



CONCURSO
Está previsto para 2013 um concurso para preencher as novas vagas da Seduc

A proposta aprovada ontem na **Assembleia Legislativa** excluiu o trecho que tratava de gratificações para delegados da Polícia Civil

de precatórios - dívidas resultantes de decisões judiciais.

Os deputados aprovaram também, o Projeto de Lei 107/2012, que prevê alterações na remuneração dos professores, procuradores e técnicos e administrativos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Com a alteração, a variação salarial do professor, que trabalha 40 horas semanais, vai de R\$ 3.701,27 refe-

rente a quem tem só a graduação, a R\$ 15.479,04, salário de quem tem doutorado.

O projeto de lei que dispõe sobre a Taxa de Utilização de Serviços Especiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (TUSEBM) foi retirado de pauta a pedido do deputado Luiz Castro (PPS).

Suframa

Vai à votação da Câmara dos

Deputados a Medida Provisória 578/2012 que cria 89 vagas na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). As vagas são para o cargo de Analista Técnico-Administrativo, de nível superior, de acordo com as regras de contratação previstas no Plano Especial de Cargos da Suframa. A proposta foi aprovada esta semana na Comissão Especial Mista e está pronta para votação em plenário.

Defesa da Zona Franca

O governador Omar Aziz também voltou a criticar a proposta do Governo Federal de criar um fundo para reposição das perdas com a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No caso da unificação da tarifa do imposto em 4% em âmbito nacional, conforme analisa o Governo Federal, o Amazonas sofreria perdas de 75% da receita tributária e teria a política econômica de incentivos fiscais da Zona

Franca de Manaus desestruturada. "O que está em discussão não é o ICMS é a nossa política econômica. As indústrias estão aqui pelas condições, a peculiaridade da Zona Franca. Não aceito discutir esse fundo. Eu só discuto uma coisa: manter a competitividade do nosso Estado. Para isso, temos de ter no mínimo 5% de diferença de ICMS de qualquer outro Estado. Sem isso, Manaus quebra. Fecha o Estado se passar 4% de ICMS interestadual".